

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio - Econômico
Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais
Curso de Graduação em Ciências Econômicas

POLLYANA RAMOS TEIXEIRA

O BRASIL PÓS-MILAGRE ECONÔMICO: OS IMPACTOS DO CHOQUE DO
PETRÓLEO NA RECESSÃO DE 1973 E O II PND

FLORIANÓPOLIS, 2015

POLLYANA RAMOS TEIXEIRA

**O BRASIL PÓS-MILAGRE ECONÔMICO: OS IMPACTOS DO CHOQUE DO
PETRÓLEO NA RECESSÃO DE 1973 E O II PND**

Monografia apresentada ao departamento do
Curso de Ciências Econômicas e Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Santa Catarina para obtenção do título de
bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof^o. Dr. Marcos Alves Valente

FLORIANÓPOLIS, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9 à aluna Pollyana Ramos Teixeira na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Alves Valente
Orientador

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins
Membro da Banca

Prof. Elder Maurício Silva
Membro da Banca

*“Cadê o meu?
Cadê o meu, ó meu?
Dizem que você se defendeu
É o milagre brasileiro
Quanto mais trabalho
Menos vejo dinheiro
É o verdadeiro boom
Tu tá no bem bom
Mas eu vivo sem nenhum”*

*(trecho da música “Milagre
Brasileiro” de Chico Buarque)*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, meu agradecimento é a Deus. Sem Ele nada disso seria possível. Ao meu pai, que não está mais presente, mas que de forma indireta fez parte dessa minha escolha, e, de alguma maneira, onde quer que ele esteja, sei que me guiou até aqui. À minha mãe, que por muitas vezes foi mãe e pai e me incentivou todos os dias a continuar o curso e a me formar, que aguentou minhas crises quando eu me sentia perdida e que me apoiou quando decidi, por um tempo, trancar o curso. Ao meu irmão, Weksley, e a sua família Heyde, Rafaela e Valentina. Aos meus amigos de fora da UFSC, obrigada por entenderem quando eu dizia que não podia sair porque tinha que estudar. Aos meus veteranos: Samuel, Élder, Reis, Bozo, que foram os melhores veteranos que um calouro pode ter, obrigada por terem sido tão receptivos, obrigada por terem feito do meu primeiro semestre na UFSC (2008.2) o melhor semestre de toda a minha história no curso de Economia e isso também só foi possível por causa da minha turma, em especial Lu e Ligi (eu consegui, meninas). Não posso me esquecer daqueles que me receberam de braços abertos quando retornei à UFSC, depois de ter trancado por dois anos o curso: Edu (obrigada por toda a ajuda), Felipe (Manaus), Willian, Carol, Maysa, Dakini, Ana Luiza, Angélica, Lucas (eterna turma do 'banquinho'). Vocês foram essenciais na minha reta final do curso. Ao meu professor Valente, orientador deste trabalho, que aceitou me ajudar e me incentivou para que eu conseguisse concluir. Agradeço, por fim, àqueles que aqui não foram mencionados, mas de alguma forma contribuíram para esse momento. A todos o meu muito obrigado, cada um na sua maneira foi indispensável nessa minha conquista.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os impactos causados pelo choque do petróleo em 1973 e as medidas tomadas pelo governo da época para superar esse grave problema. O Brasil vivia um momento de euforia com o *milagre econômico* quando ocorreu a crise energética mundial. Em meio a esse cenário conturbado, Geisel assume a presidência em 1974, e, por opção, decide continuar com o crescimento acelerado, enquanto os demais países optam pela recessão. O II PND foi a resposta do governo a essa opção. O plano era ambicioso, abrangia diversos setores da economia, como a indústria de insumos básicos, de equipamentos básicos, a questão energética, a questão tecnológica, dentre outros. Entre os agentes financeiros responsáveis pelo financiamento do II PND, pode-se destacar o BNDES. Para chegar ao objetivo final do trabalho, foi feita uma breve análise do período do *milagre econômico*, seguida de uma explicação do que foi o choque do petróleo e os impactos na economia brasileira. Na sequência é apresentado o governo Geisel e a sua opção pela continuidade do crescimento acelerado. Por fim, temos o II PND, com a identificação de seus principais objetivos e um breve diagnóstico do seu resultado.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Milagre Econômico, Choque do Petróleo, Geisel, II PND.

ABSTRACT

The present assignment it is intended to analyze the impacts motivated by the oil shock in 1973 and the government measures to overcome this grave issue. Brazil lived a moment of euphoria with the “economic miracle” when the global energy crises took place. In the middle of this troubled scenario, Geisel assumes the presidency in 1974, and his choice was to keep with the accelerated growth, otherwise, the other countries did the choice to stop with the growth. The II PND was the government answer for this choice. The plan was ambitious, covered a large part of economics sectors, like industries of basic inputs, basic equipment, the energy and environmental issue among others. Amid the financial agents responsible for funding of II PND, BNDES stood out. To conquer the ultimate aim, it was made a brief analysis of the “economic miracle” time, followed by an explanation of what the oil shock was and its effects on Brazilian economy. The sequence show the Geisel government and the choice for the accelerated growth. At long last we have the II PND, identifying its essential aims and a brief diagnosis of its results.

Keywords: Military Dictatorship, Economic Miracle, Oil Shock, Geisel, II PND.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro síntese das principais políticas adotadas no período 1967/1973.....	21
Quadro 2 – Quadro síntese das principais políticas adotadas no período 1974/1979.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento da indústria de transformação (em %)	16
Tabela 2 – Preço do barril do petróleo em valores da época e valores atuais	23
Tabela 3 – Balança de pagamentos 1974/1978 (bilhões de dólares)	26
Tabela 4 – Indicadores econômicos do período 1974/1980	32
Tabela 5 – Metas energéticas do II PND	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gráfico do preço do barril de petróleo em valores da época e em valores atuais..	24
Gráfico 2 – Gráfico do preço do barril de petróleo em valores da época.....	24
Gráfico 3 – Brasil: evolução da dependência externa do petróleo (bilhões de tep).....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Bacen – Banco Central

Befiex – Comissão para a Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH – Banco Nacional de Habitação

CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial

CIP – Conselho Interministerial de Preços

CMN – Conselho Monetário Nacional

Concex – Conselho de Comércio Exterior

Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IBGE – Instituto Brasileiro de Economia e Estatística

II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento

IOF – Imposto sobre Operações Financeiras

LTNs – Letras do Tesouro Nacional

Opep – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

ORTNs – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo geral.....	13
1.2.2 Objetivos específicos.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
1.4 METODOLOGIA.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 O MILAGRE ECONÔMICO	15
3.0 O CHOQUE DO PETRÓLEO	222
3.1 O PRIMEIRO CHOQUE DO PETRÓLEO EM 1973	22
3.2 OS EFEITOS DO CHOQUE DO PETRÓLEO NO BRASIL	25
4.0 O GOVERNO GEISEL	28
4.1 A OPÇÃO PELO CRESCIMENTO	28
4.2 UMA NOVA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO	33
4.2.1 O II PND.....	34
4.2.1.1 As diretrizes do II PND quanto à escassez do petróleo.....	37
4.2.1.2 Resultados.....	39
5 CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Em março de 1964, tropas do exército saíram pelas ruas de várias cidades do Brasil com o objetivo de depor o então presidente do País João Goulart. As Forças Armadas tinham o apoio de partidos da oposição e de uma parcela da população. Era o início da ditadura militar no Brasil que durou 21 anos (1964-1985).

Com o início do período militar, o modelo industrial e urbano mudou, e o apogeu dessa fase foi o chamado milagre brasileiro. A economia brasileira passou por uma mudança para se recuperar do colapso econômico acontecido no final do governo de João Goulart. Com isso o sistema econômico brasileiro se reorganizou e o País chegou então ao período, já mencionado anteriormente, do *milagre econômico*, com uma taxa de crescimento acima de 10% ao ano. Os autores Cardoso de Mello e Belluzzo (1998) observam que os anos de 1972 e 1973 foram considerados o auge do ciclo de crescimento, quando a taxa de investimento da economia alcançou 27%.

Entretanto, esse cenário econômico não durou por muito tempo e, em 1974, o General Geisel assume o poder com a missão de continuar com o crescimento econômico, mas, em vez disso, o Brasil entra numa recessão. Em uma crítica sobre a recessão de 1974, Bresser-Pereira (1975) faz um comentário a respeito: A economia brasileira, depois de sete anos de grande expansão, entrou em recessão a partir do segundo trimestre de 1974. No terceiro trimestre de 1975, a conjuntura ainda continua recessiva (BRESSER-PEREIRA, 1975, p. 1).

No âmbito internacional, em 1973, dá-se o primeiro choque do petróleo, provocado pelos países árabes – principais produtores de petróleo – membros da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), que suspenderam suas exportações em represália ao apoio dado a Israel por potências do Ocidente na guerra do Oriente Médio (HABERT, 1996). Com o choque, os preços dos barris dispararam, o que prejudicou os países não produtores e principalmente os países em desenvolvimento, como o Brasil, extremamente dependente da importação do petróleo.

Dessa forma, procura-se discutir quais foram os impactos do primeiro choque do petróleo na economia brasileira e analisar os planos e metas do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) para enfrentar a recessão que aconteceu após o *boom* do *milagre econômico*.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho podem ser divididos em geral e específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Identificar quais os impactos do primeiro choque do petróleo na economia brasileira logo após o período de crescimento econômico excepcional e analisar os pontos do II PND a fim de combater a crise que se instalou na época.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) descrever o cenário econômico da época, no Brasil e no mundo;
- b) analisar os impactos do choque do petróleo na economia brasileira;
- c) descrever os pontos do II PND, analisando as medidas destinadas para combater a recessão.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho busca analisar de que maneira os acontecimentos no âmbito da economia internacional no período estudado foram determinantes para a recessão no Brasil após o milagre econômico.

Estudar esse período se faz necessário para entender todo um contexto histórico, político e econômico que culminou em uma grave recessão e, posteriormente, no fim da ditadura militar. Sabendo disso, pretende-se promover uma discussão acerca do assunto e mostrar a dependência externa da economia brasileira.

1.4 METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza explicativa, que se propõe a analisar e avaliar por diferentes ângulos os acontecimentos políticos e econômicos do período 1973-1985 e suas consequências, com base em análises feitas por diversos autores conhecidos.

Gil (2002) afirma que este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento sobre a realidade, porque explica a razão e o porquê dos fatos e, por ser mais complexo, o risco de ocorrerem erros é maior. Um meio para se chegar ao conhecimento é o método

científico, um modo de questionar-se sobre o passado, buscar uma estratégia para chegar ao objetivo de conhecer um fato nos aspectos que nos interessam nessa análise, conforme Dieterich (1999).

Sendo assim, o método de pesquisa a ser utilizado neste estudo para a busca de um conhecimento científico é qualitativo e histórico, com a utilização de materiais bibliográficos impressos e em meio eletrônico. Os principais autores a serem estudados são: Lessa (1998); Castro e Souza (1985); Tavares e Belluzzo (1998); Singer (1977); Furtado (1981); entre outros. Busca-se, desse modo, entender os fatos que marcaram a história do Brasil no período analisado, tanto na ótica da política quanto na ótica da economia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O MILAGRE ECONÔMICO

O chamado milagre econômico ocorreu durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que foi um dos presidentes da linha dura do regime militar, razão pela qual esse período ficou conhecido como *anos de chumbo*, por causa da forte repressão existente, como podemos ver nessa passagem:

A arbitrariedade e a violência do Estado ditatorial não se limitaram ao combate à esquerda organizada, operários, estudantes, e intelectuais, projetando-se sobre outros aspectos da sociedade e espalhando um clima de medo, insegurança e intranquilidade (HABERT, 1996, p.28).

Segundo Velloso (1986), as condições da ocorrência do *milagre* resultaram de uma decisão política dividida, por ele, em dois momentos: o primeiro foi quando o governo Costa e Silva, logo após tomar posse, optou pelo crescimento e considerou o controle da inflação como peça-chave para a aceleração do desenvolvimento; o segundo momento ocorreu com a opção pelo supercrescimento logo no início do governo Médici. Outra causa importante do *milagre* foi a decisão do governo de apoiar a iniciativa privada, a que Velloso (1986, p. 134) se refere como um *tipo especial de liberalismo*. A opção de forma de crescimento rápida também pode ser considerada um fator de impulsão para o referido *milagre*.

O crescimento da economia brasileira acima da média, durante o governo Médici, ocorreu apoiada em medidas econômicas tomadas durante o governo anterior de Costa e Silva. Segundo Singer (1977), o *boom* econômico de 1968 teve como causa básica uma política de expansão de crédito em uma economia ainda com reflexos da recessão que aconteceu entre os anos de 1964 e 1967, aliada a um aumento da demanda interna por bens duráveis, um aumento também na demanda externa e um acréscimo na entrada de capital externo no Brasil. O crescimento rápido foi a resposta natural da economia a essas condições.

A indústria acompanhou o crescimento do PIB, a indústria de transformação cresceu à taxa de média de 13,3% ao ano, com destaque para produção de bens duráveis e para produção de bens de capital, a indústria de construção cresceu mais ainda e teve papel fundamental no crescimento do PIB, devido a grandes obras de infraestrutura do governo e a alta demanda do setor habitacional. A partir de 1967, foram destinados à construção civil créditos abundantes do BNH, conforme destacou Singer (1977). Os setores primários e terciários também tiveram crescimentos expressivos.

Tabela 1 - Crescimento da indústria de transformação (em %)

Indústria	1965-1967	1967-1970	1970-1973	1974-1977
I Bens de consumo	4,8	11,6	12,3	4,5
1 Duráveis	13,4	21,9	25,5	5,5
1.1 Transporte	13,1	23,9	24,5	-1,0
1.2 Elétricos	13,9	17,4	28,0	16,0
2 Não duráveis	3,6	9,7	9,1	4,2
II Bens de produção	9,1	13,7	15,7	8,6
1 Capital	4,5	13,7	22,5	8,4
2 Intermediários	10,8	13,7	13,2	8,7
<u>Total</u>	6,8	12,6	14,0	6,6

Fonte: TAVARES, Maria Conceição; BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO Renata (Org.). **Desenvolvimento capitalista do Brasil: ensaios sobre a crise**. 1982. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. v. 1.

Inicialmente, esse crescimento da indústria aconteceu devido à capacidade ociosa existente, reflexo da recessão mencionada anteriormente. Contudo, quando os setores já haviam chegado perto da plena capacidade, foi a vez dos investimentos, tanto públicos como privados, continuarem ditando o crescimento. A indústria de bens de capital se beneficiou desses investimentos, o que exigiu em contrapartida um aumento nas importações de máquinas e equipamentos.

Os investimentos do governo em infraestrutura (energia elétrica, transportes e comunicações) serviram para a consolidação do setor de bens de capital. Entretanto, esses investimentos também tiveram efeitos na indústria de mecânica, na de material elétrico, na de comunicações, etc.

A produção de bens de consumo, mais especificamente a de produção de bens de consumo duráveis (automóveis, geladeiras, fogões...), teve um aumento considerável no período em estudo por dois motivos: de um lado devido à alta concentração de renda e de outro devido à expansão do crédito.

A taxa global de investimentos acompanhou o crescimento da economia. Esse aumento na taxa de investimentos externos ocorreu graças ao desenvolvimento do sistema financeiro mundial, juntamente com o aumento da liquidez internacional, o que fez com que os grandes bancos mundiais buscassem em países em desenvolvimento, como o Brasil, clientes para os fundos disponíveis.

[...] neste período [1968-73] deu-se um forte processo de *estrangeirização* da economia brasileira. A consolidação do regime após 1967 já era um fato e a estabilidade política, unida com os interesses do capital estrangeiro, acelerou a entrada do capital de risco no país. Em 1969, ela alcançou um total de 200 milhões de dólares, nível muito superior ao influxo que seu no final dos anos 50. Em 1972,

esta cifra chegou aos 300 milhões de dólares, e voltou a aumentar no ano seguinte em 200% (BAER, 1986, p. 88).

Esse aumento na formação de capital foi influenciado pela política industrial do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). Tal política baseava-se na concessão de incentivos fiscais e creditícios para aquisições de máquinas e equipamentos, tanto pelo setor público quanto pelo setor privado.

No ano de 1967, a inflação esteve próxima dos 30%. Em 1968, mesmo com a introdução da política de minidesvalorização e com uma política salarial menos restritiva, a inflação continuava semelhante a do ano anterior. Já em 1969 a política de combate à inflação foi mais ativa, já que houve um maior esforço de contenção da expansão monetária e do déficit público (LAGO, 1990). O ano seguinte, segundo dados do Dieese, apresenta a mais baixa taxa de inflação do período 1964-1974, em torno de 16,5%. Em 1971, há uma nova alta e a taxa de inflação chega a 20,3%. Nos anos de 1972 e 1973, a inflação volta a recuar, ficando na casa dos 15,5%, agora devido ao controle de preços exercido pelo governo por meio do Conselho Interministerial de Preços (CIP). Singer faz uma breve explicação do CIP:

Este sistema impede que pontos de estrangulamento que venham a surgir, devido a inelasticidade da demanda em áreas estratégicas da economia, impulsionem os preços a níveis muito acima dos custos. O sistema é relativamente eficaz, em parte porque não se trata de um simples processo de congelamento de preços [...] e, fundamentalmente, por causa da enorme centralização do poder político, que não deixa qualquer via de resistência aos empresários (SINGER, 1977, p. 61 e 62).

A taxa de inflação estava ligada não só ao aumento acelerado da economia, como também às políticas econômicas (fiscal, creditícia e monetária) exercidas pelo governo e ao alto grau de participação do Estado na economia.

Como já mencionado anteriormente, em 1967 há uma grande expansão de moeda e crédito. Em termos reais, os aumentos reais de oferta de moeda e de crescimento médio real dos meios de pagamentos se mantiveram em linha com o crescimento do PIB real. Entretanto, em certos momentos o governo gerava uma contração monetária, o que fez com que a política monetária se tornasse flexível.

No período compreendido entre 1967-1973, há um processo de substituição dos depósitos a vista por haveres não monetários, as ORTN's, o que acarretou em um aumento da participação de títulos da dívida pública. Além disso, a existência de correção monetária e de investimentos financeiros pós-fixados embutindo uma expectativa de inflação levaram a uma mudança no comportamento dos poupadores no sentido do redirecionamento de suas aplicações (LAGO, 1990).

Com base em uma lei aprovada em 1964, a taxa de redesconto passa a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central (Bacen). Com isso o Bacen conseguia injetar recursos no sistema bancário, influenciando assim a taxa de juros. Até 1973, a política de redesconto foi flexível, com o Banco Central aumentando ou diminuindo a quantidade de recursos que transferia aos bancos.

O governo do Presidente Costa e Silva (1967-1969) se beneficiou de reformas tributárias e administrativas ocorridas no governo anterior e procurou aumentar a eficiência da máquina administrativa por meio de aumento na arrecadação e redução dos gastos públicos, o que diminuiu o déficit orçamentário. Para alcançar esses objetivos, o governo criou impostos, como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e reduziu as despesas com pessoal a nível federal. É importante destacar aqui que uma importante parte da receita do governo federal era destinada ao Fundo dos Estados e Municípios e aos programas de infraestrutura.

Se por um lado o governo aumentava a sua arrecadação por meio de impostos, por outro deixava de arrecadar devido aos subsídios e incentivos fiscais às pessoas jurídicas, pessoas físicas e aos concedidos através do CDI.

O aumento da arrecadação líquida em paralelo com os cortes das despesas do governo gerou uma redução no déficit do Tesouro, e provocou um superávit em 1973. O resultado desse esforço foi a geração de poupança em conta-corrente do governo suficiente para financiar investimentos.

O período de 1967-1973 foi caracterizado por uma proliferação das empresas estatais federais e estaduais, no qual foram criadas em torno de 231 novas empresas. Os investimentos decorriam de significativos recursos internos (lucro + depreciação), de receitas vindas do Tesouro, do capital externo etc.

As exportações nessa época cresceram consideravelmente, com importante destaque para os produtos manufaturados, em virtude do cenário favorável existente no mercado mundial na época e também por causa da política de isenções e subsídios fiscais por parte do governo. Houve também um aumento expressivo nas importações, na maioria por bens de capital, o que influenciou na balança comercial. Para aumentar e diversificar a exportação, foram criados incentivos e, por meio do Conselho de Comércio Exterior (Concex), foram traçados objetivos, como o aumento da competitividade de produtos brasileiros, a diversificação nas importações e outros.

Segundo Lago (1990), houve um aumento da dívida externa bruta em paralelo com um crescimento da dívida líquida (isto é, dívida bruta menos reservas), fato que resultou em uma expressiva acumulação de reservas. Mas, em contrapartida, cresceu a participação dos

empréstimos privados na dívida pública externa, que passou de 26,9% em 1967 para 64,1% em 1973, o que contribuiu para um aumento da dívida externa brasileira. Na época, em 1970, o então presidente do Banco Central afirmou, em uma declaração, que a política de endividamento externo fazia parte de um conjunto de medidas governamentais, que tinha como objetivo o desenvolvimento acelerado e sustentado.

Portanto, de 1968 a 1973, o processo de endividamento externo esteve estreitamente vinculado com a dinâmica do capital produtivo e particularmente com a do setor público e do capital estrangeiro privado instalado no país. [...] A maior parte dos financiamentos de importações foi dirigida para setores onde existe uma grande participação do setor público, isto é, áreas de infra-estrutura (BAER, 1986, p. 92).

Os investimentos estrangeiros foram direcionados principalmente para o setor industrial, principalmente para a indústria de transformação, que teve papel relevante na expansão da exportação de manufaturas e no desenvolvimento de novas atividades. Vale ressaltar que as autoridades econômicas da época eram favoráveis ao investimento estrangeiro.

Em relação aos salários e às relações com trabalhadores, o cenário era o pior possível. Leis e medidas complementares tornaram a legislação trabalhista mais restritiva, proibindo greves e diminuindo o poder de barganha dos trabalhadores. Mesmo com um crescimento acelerado da economia e um aumento da produtividade do trabalho, o salário mínimo real se manteve estagnado durante os anos de 1967-1973.

No tocante à distribuição setorial de renda, há uma diminuição da participação da agropecuária no produto interno bruto, que pode ser explicado pelo crescimento elevado da indústria.

Apesar de diversos incentivos fiscais para o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste, bem como obras de infraestrutura, não houve nenhuma mudança considerável na renda total do País, quando comparado a das regiões Sudeste e Sul, portanto pode-se dizer que as desigualdades regionais ainda persistiam, mesmo com todos os esforços.

Outro fator importante a ser destacado do período que está sendo avaliado é a deterioração da distribuição de renda, o que fez com que houvesse uma concentração de renda maior nas classes mais altas. Segundo dados do IBGE, em 1972 39,8% da renda estava concentrada nas mãos dos 5% mais ricos e 19,1% nas mãos do 1% mais ricos. Em contrapartida, os 50% mais pobres concentravam apenas 14,9%.

O intenso crescimento durante o milagre econômico trouxe grandes benefícios para as classes de maior renda, incluindo-se aí a parte da classe média assalariada que fornecia os quadros técnicos necessários à gestão da economia, como engenheiros,

economistas, administradores, analistas de sistemas etc. (LACERDA et al., 2010, p. 125).

Diante do que aqui foi estudado, pode-se dizer, segundo Lago (1990), que as *grandes metas* estabelecidas pelo presidente Médici no início de seu governo foram alcançadas e que o objetivo central do governo Costa e Silva, que era a aceleração do crescimento, também foi alcançado. Geisel, no livro em que leva o seu nome, comenta esse fato conforme o trecho a seguir:

[...] tanto o Médici quanto o Costa e Silva se beneficiaram muito do que foi feito no governo Castelo, com a ação do Bulhões, conjugada harmoniosamente à do Roberto Campos. Ambos, prestigiados pelo Castelo, [...], implantaram uma política financeira e econômica que, embora tenha posto o país no início em recessão, deu resultados e frutos que foram aparecendo depois. A inflação caiu, a produção aumentou, o balanço de pagamentos melhorou. [...]. Vivia-se relativamente bem, tendendo para o pleno emprego, embora os reajustes de salários não fossem os desejados (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 222).

É importante destacar que todo esse *boom* econômico ocorreu à custa de um duro período marcado por atrocidades cometidas pelo regime político contra o povo e a um grande aumento da dívida externa brasileira.

No quadro a seguir, podemos observar as principais políticas monetária, fiscal e de comércio exterior durante o período do *milagre brasileiro*:

Quadro 1 – Quadro síntese das principais políticas adotadas no período 1967/1973

Principais pontos	Síntese
Política monetária	A política monetária teve caráter expansionista com a expansão dos meios de pagamento e da base monetária. No que se refere aos instrumentos tradicionais, podemos citar: o redesconto criado em 1965 representou um importante instrumento do governo; o recolhimento do depósito compulsório apresentou queda, aumentando em 30% o crédito no período; para a operação de mercado aberto foram criadas a ORTNs e a LTNs.
Política fiscal	Uma das principais metas era controlar o déficit público e aumentar a eficiência da máquina estatal, isso, grosso modo, foi alcançado. Em 1967, o déficit em relação ao PIB era da ordem de 1,5%. Em 1974, é possível observar um pequeno superávit de 0,06%. Esse movimento foi possível através da elevação da carga tributária, com a criação do IOF, e pela queda das despesas da União. É possível observar a tendência de alta da dívida externa, sufocando, portanto, o balanço de pagamentos brasileiro.
Comércio exterior	O período foi marcado pela política de incentivo à exportação, principalmente de produtos agropecuários, e o setor foi beneficiado com grande volume de crédito.
Especificidades do período	O período foi marcado pelo grande crescimento econômico. Entre 1968 e 1973, é possível observar um crescimento médio de 11,2% ao ano. Esse resultado foi alcançado, em grande medida, pelo forte crescimento industrial. Durante os anos do <i>milagre</i> , criaram-se políticas no intuito de amenizar a ineficiência do sistema bancário. Com isso, ocorreu uma concentração do número de agências. Em 1968, existiam 188 bancos, número que cai pra 72 em 1974.

Fonte: OLIVEIRA, João Paulo Reco de. **Atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no Padrão de Financiamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1974/1979**. 2014. 117 f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

3.0 O CHOQUE DO PETRÓLEO

3.1 O PRIMEIRO CHOQUE DO PETRÓLEO EM 1973

A palavra petróleo é originária do latim e quer dizer óleo da pedra. É, sem dúvida nenhuma, o mais importante recurso (não renovável) produtor de energia, comumente chamado de *ouro negro*, dada a sua grande importância, tanto econômica quanto política. No período pós-Segunda Guerra Mundial, o petróleo se tornou a principal fonte de energia do mundo. “Criou-se, por assim dizer, o *oil way of life*, num mundo em que o petróleo barato e abundante era o combustível do crescimento rápido” (VELLOSO, 1986, p. 156).

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, o Oriente Médio se tornou o principal produtor de petróleo do mundo, o que provocou a cobiça dos países industrializados, que dependiam do produto, em especial os europeus, que dominaram a região por décadas, colonizando e explorando as suas riquezas. Aos poucos, os países do Oriente Médio foram adquirindo independência política, mas ainda assim não tinham o controle da sua principal riqueza, pois o poder estava nas mãos de sete companhias, as chamadas *sete irmãs*. Essas companhias (cinco delas norte-americanas) formavam um oligopólio e foram acusadas de formar um cartel para dominar o mercado petrolífero internacional.

Nas décadas de 1960 e 1970, a economia mundial estava totalmente dependente do petróleo. Sem ele não havia progresso. Cientes dessa dependência, os países produtores decidiram unir suas forças, e romperam com o cartel das *sete irmãs*. Surgia a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a Opep (Opec, em inglês) – criada pelos principais países produtores, dos quais a grande maioria eram países árabes do Oriente Médio. Inicialmente, a Opep era formada por Arábia Saudita, Kwait, Irã, Iraque e Venezuela. A luta contra as grandes companhias petrolíferas começou então a ser travada, com vitória dos países produtores do ouro negro.

O primeiro choque do petróleo ocorreu em outubro de 1973, por motivação política e confrontos ideológicos. Os então membros da Opep, em comum acordo, decidiram reduzir as exportações de petróleo para os países que apoiassem Israel em seu conflito com o Egito na guerra de Yom Kippur. As nações apoiadoras de Israel eram Estados Unidos e seus aliados na Europa Ocidental. Com a crise, as *sete irmãs* viram os seus lucros, em 1973, atingirem um aumento de 159%, pois eram as únicas com condições de fazer os maiores lances no mercado negro do petróleo.

A suspensão das vendas foi a última alternativa que restou aos países árabes. O petróleo se tornou uma arma de guerra contra o mundo ocidental, e os países árabes passaram a usar a força que possuíam no cenário mundial: as suas reservas petrolíferas, tão importantes e cobiçadas pelos ocidentais, que até o momento eram extremamente dependentes desse tipo de energia.

A produção sofreu uma drástica redução, em meio a um cenário de alta demanda, fato que provocou a elevação dos preços dos barris em cerca de 400% em três meses, que passou de US\$ 3,29 em setembro de 1973 para US\$ 11,58 em janeiro de 1974.

A partir do dia 16 de outubro, a guerra alcançou uma nova dimensão, com o uso da “arma do petróleo”, para, pela primeira vez, fixar unilateralmente o preço, através da OPEP. Já se indicou como isso resultou, em curto período, na elevação do preço do petróleo para US\$ 12 por barril, após o embargo e os cortes na produção (VELLOSO, 1986, p. 161-162).

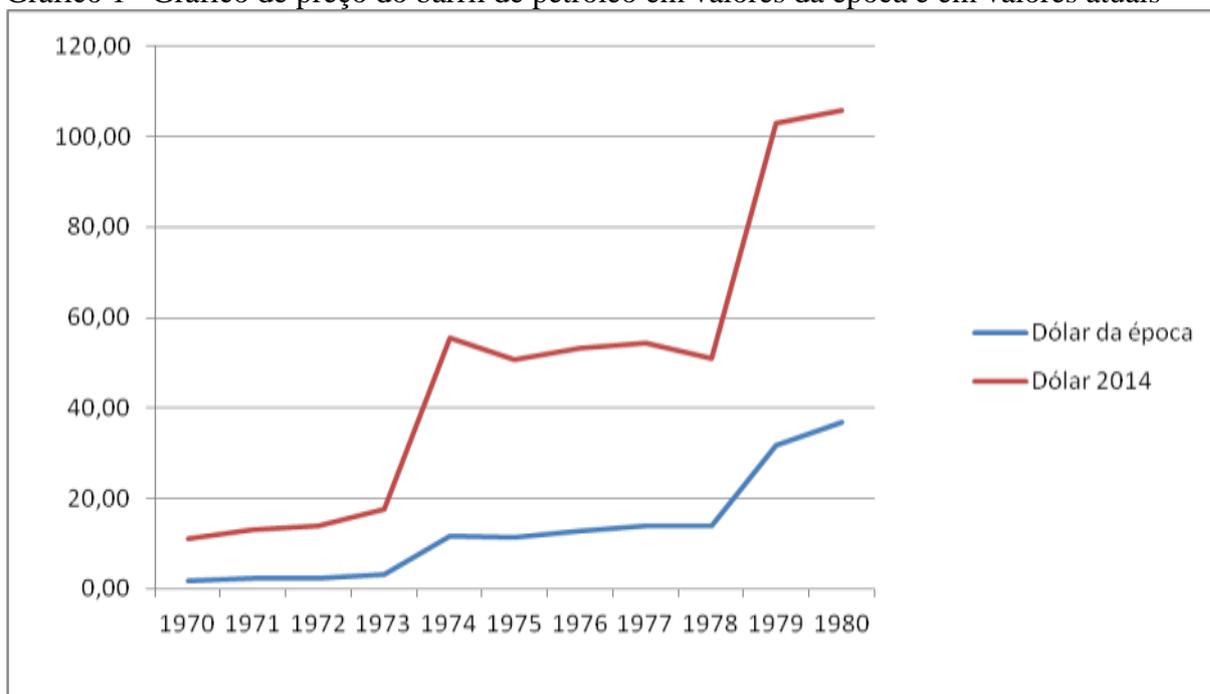
Abaixo temos uma tabela e seu respectivo gráfico do preço do petróleo no período 1970/1980:

Tabela 2 - Preço do barril do petróleo em dólares da época e valores atuais

Ano	Dólar da época	Dólar 2014
1970	1,80	10,97
1971	2,24	13,08
1972	2,48	14,04
1973	3,29	17,53
1974	11,58	55,62
1975	11,53	50,74
1976	12,80	53,24
1977	13,92	54,34
1978	14,02	50,91
1979	31,61	103,07
1980	36,83	105,81

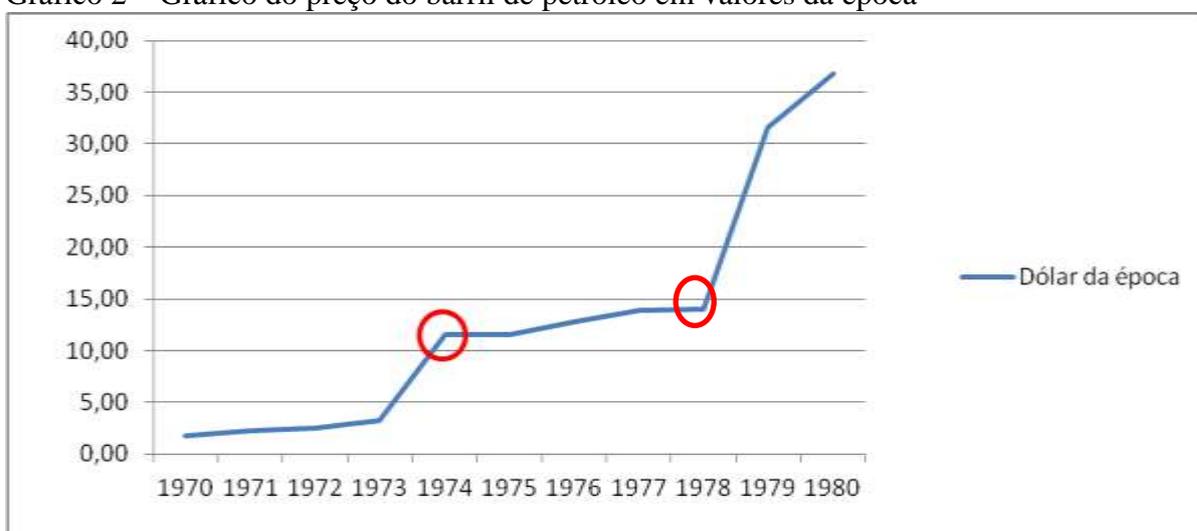
Fonte: BP Statistical Review of World Energy 2015

Gráfico 1– Gráfico de preço do barril de petróleo em valores da época e em valores atuais



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados obtidos na tabela anterior.

Gráfico 2 – Gráfico do preço do barril de petróleo em valores da época



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados obtidos na tabela anterior.

Nos pontos assinalados temos o primeiro e o segundo choque do petróleo, respectivamente.

A manutenção da demanda fez com que se criasse um fluxo enorme de dólares para os países exportadores. Entre 1973 e 1974, o ganho desses países passou de 40 para 120 bilhões de dólares (HEILBRONER, 1987). Todo esse fluxo de dinheiro era depositado nos bancos internacionais europeus. O resultado disso foi o aumento da oferta de crédito mundial e,

consequentemente, da liquidez. Os países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, foram, assim como as demais economias, apanhados de surpresa pela alta nos preços dos barris e sofreram com isso, mas em contrapartida se beneficiaram com o aumento da oferta de crédito, visto que agora as taxas de juros reais para empréstimos estavam muito baixas, por vezes até negativas. No livro em que leva o seu nome, Ernesto Geisel, o então presidente na época, comenta sobre esse crédito abundante no exterior: “Havia muito dinheiro disponível no exterior, proveniente da reciclagem da receita auferida pelos países da OPEP, os célebres petrodólares. E o Brasil tinha muito crédito” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 293).

Somente em março de 1974, a crise começaria a dar sinais de que estaria perto do fim. Após mais uma reunião dos membros da Opep, ficou decidido que os preços do petróleo ficariam congelados por um período de três meses, que iria do dia 1º de abril a 1º de julho de 1974. Em nota, o Ministro das Finanças do Irã e também presidente da conferência dos países membros, Jamshid Amouzegar, disse que esse era um gesto de *boa vontade*. Entretanto, esse gesto tinha uma condição, o preço do petróleo continuaria no nível atual da época se os países industrializados (EUA, Japão e Europa Ocidental) se comprometessem a controlar a inflação galopante que assombrava o cenário econômico mundial (JORNAL A FOLHA DE SÃO PAULO, 1974).

Contudo, os efeitos da crise ainda perduraram por toda a década de 70. O preço da energia ainda continuou a aumentar no ano seguinte, em meio ao enfraquecimento do dólar no mercado mundial, o que fez com que elevasse a taxa de inflação nos Estados Unidos. A crise de 1973 pôs fim à fartura do petróleo, e iniciou a consciência de que o ouro negro era finito, e que o a sua extinção seria uma questão de tempo.

3.2 OS EFEITOS DO CHOQUE DO PETRÓLEO NO BRASIL

O choque do petróleo coincidiu com o apogeu do *boom* da economia brasileira, no início dos anos 70, como podemos perceber no trecho abaixo:

Crescia-se, naquele de 73, quase 14%, em termos reais, a atividade econômica estava superaquecida, e maciças importações de matérias-primas se faziam necessárias para evitar pontos de estrangulamento e auxiliar no controle da inflação (VELLOSO, 1986, p. 219).

O Brasil, como maior importador de petróleo do Terceiro Mundo, claramente sofreu o impacto das elevações do preço do petróleo. A economia brasileira se encontrava em posição vulnerável, visto que o sistema industrial operava a plena utilização da sua capacidade

(FURTADO, 1981). O preço da gasolina acompanhou as altas e o governo, por precaução, colocou em ação medidas de racionamento, como a proibição da venda de gasolina nos finais de semana. Esse aumento no preço dos barris fez com que o saldo da balança comercial brasileira passasse de um leve superávit em 1973 para um déficit nos anos subsequentes, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 3 – Balança de pagamentos 1974/1978 (bilhões de dólares)

Ano	1974	1975	1976	1977	1978
<i>Necessidade de recursos</i>	-9,1	-8,9	-8,5	-8,7	-10,7
1. Transações	-6,4	-5,2	-4,3	-2	-3,2
1.1. Balança comercial	-4,6	-3,5	-2,2	0,1	-1
Exportações	8	8,7	10,1	12,1	12,7
Importações	-12,6	-12,2	-12,3	-12	-13,7
1.2. Balança de serviços	-1,8	-1,7	-2,1	-2,1	-2,2
Transporte	-1,1	-0,9	-1	-1	-1
Lucros e dividendos	-0,2	-0,2	-0,4	-0,5	-0,6
Outros	-0,5	-0,6	-0,7	-0,6	-0,6
2. Obrigações financeiras	-2,6	-3,6	-4,7	-6,1	-7,9
Juros	-0,7	-1,4	-1,8	-2,1	-2,7
Amortizações	-1,9	-2,2	-2,9	-4	-5,2

Fonte: BAER, Mônica. **A internacionalização financeira do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986. 164 p.

A deterioração no desempenho da balança comercial se deve a dois fatores importantes: em primeiro lugar temos a queda no crescimento das exportações, pois os países desenvolvidos, que eram tradicionalmente os mercados consumidores, agora enfrentavam um período de forte recessão, decorrente da recessão mundial, como já visto na seção anterior; em segundo lugar temos um aumento nas importações, resultado também do choque do petróleo, visto que o Brasil importava mais de 80% do petróleo que consumia, o que fez com que aumentasse a conta total de importações.

Até então as exportações haviam sido favorecidas pelas condições excepcionais do mercado internacional, mas com a crise e a desvalorização do dólar, caíram os valores das exportações, ao mesmo tempo que continuavam aumentando o volume e os valores das importações, significando déficit na balança comercial e o recurso a novos empréstimos. O petróleo era um dos itens pesados na pauta das importações brasileiras. Afinal, boa parte do “milagre” estava montado na “civilização do carro” (HABERT, 1996, p. 41).

Como consequência direta da crise, o valor das importações dos lubrificantes e combustíveis aumentou 300%, e esse setor ficou responsável por 23,4% das importações em 1974. Em contrapartida, o choque teve efeito indireto sobre o preço de algumas matérias-

primas. Esse fato, associado à escassez interna de alguns insumos básicos para a produção, fez com que aumentassem em 152,2%, em 1974, as importações das matérias-primas e dos insumos (BAER, 1986).

Entretanto, os impactos mais importantes da crise internacional ocorreram no cenário financeiro. O então Presidente Geisel se recusava a aceitar uma recessão depois de um período de crescimento econômico vivido no governo anterior e optou pelo crescimento com endividamento (esse ponto será mais bem analisado na seção seguinte). Diante disso, o País passou a tomar mais empréstimos no exterior e viu a sua dívida bruta externa saltar de US\$ 12,6 bilhões em 1974 para US\$ 43,5 bilhões em 1978 (BAER, 2002). Dessa forma, inicia-se o processo de endividamento posterior à crise.

Fundamentais ao chamado “modelo” como um todo, os empréstimos externos continuavam sendo feitos. Não só. Com a crise, o mercado financeiro internacional aumentou os juros dos empréstimos, elevando vertiginosamente o montante da dívida a ser paga (HABERT, 1996, p. 42).

Dentre os países em desenvolvimento da época, o Brasil foi o que menos reduziu o ritmo de crescimento, quando comparado aos países da América Latina e aos supercompetidores da Ásia Oriental (VELLOSO, 1986).

Por fim, pode-se dizer que o choque do petróleo foi crucial para o fim do sonho do *milagre econômico*. Com os altos preços da gasolina, decreta-se o fim da massificação do automóvel, que tinha nessa indústria o seu carro-chefe, visto que 70% do transporte de mercadorias e 96% do de passageiros ocorria por veículos movidos a derivados do petróleo (KUCINSKI, 1982).

4.0 O GOVERNO GEISEL

Em meio a esse cenário econômico problemático, o então presidente Emilio Garrastazu Médici anuncia o seu sucessor, Ernesto Geisel, o quarto presidente militar brasileiro, que assume a presidência em março de 1974.

Diferente de Médici, que era da chamada *linha dura*, Geisel fazia parte do grupo de militares ditos castelistas. Por essa razão, seu governo foi marcado por uma abertura política e uma amenização do rigor extremo da ditadura.

Como já é sabido, Geisel, ao assumir a presidência em 1974, deparou-se com um cenário econômico conturbado, consequência do choque do petróleo que ocorrera no ano anterior a sua posse.

4.1 A OPÇÃO PELO CRESCIMENTO

Diante da crise que se instaurou no Brasil e no mundo, após o choque do petróleo, o governo tinha duas opções: entrar em uma recessão, realizando um ajuste recessivo na economia com o objetivo de ajustá-la ao novo cenário econômico mundial, opção que foi escolhida pela maioria dos países para enfrentar a crise da época, ou optar pelo crescimento por meio do financiamento, o que levaria a um maior endividamento. Na passagem abaixo podemos ver a opção que o Presidente Geisel escolheu:

Muitos economistas, Roberto Campos inclusive, achavam que o Brasil devia entrar em recessão, que o governo tinha que se retrair, cancelando os empreendimentos. Fui contrário a isso. Como é que eu iria justificar uma recessão depois da euforia, do desenvolvimento do governo do Médici? (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p.288).

Para enfrentar esse cenário externo desfavorável, Geisel faz importantes mudanças na nova equipe econômica, o ministro do Planejamento foi mantido, porém no Ministério da Fazenda sai Delfim Netto e entra Mário Simonsen. A inflação estava comprimida e havia forte pressão para sua elevação. Isso justificou as políticas adotadas logo no início do mandato, que foi marcada, segundo Carneiro (1990), por quatro decisões importantes: a desrepressão dos preços; a oficialização de uma regra para a correção monetária; a intervenção no grupo financeiro Halles; e a revisão da lei salarial. A desrepressão dos preços não foi uma simples liberalização dos preços, mas a retirada total dos controles artificiais

sobre os preços, o que ocasionou uma pressão inflacionária. Geisel comenta sobre a política adotada no governo Médici para *mascarar* a inflação: “A conclusão a que (Simonsen) chegou foi desagradável: a inflação era medida pela tabela de preços do governo, e não pelos preços realmente praticados” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 292). Desse modo, o Governo se viu obrigado a criar uma fórmula para a correção monetária, de modo a afastar qualquer incerteza quanto às variações nas taxas mensais de inflação.

O primeiro ano de Geisel na presidência foi de certa forma expansionista, e foi ao encontro do discurso contracionista no início do governo, haja vista o aumento da base monetária (32,9%) e dos meios de pagamentos (33,5%), resultantes de empréstimos do Banco do Brasil à iniciativa privada e aos repasses do Banco Central por conta de fundos e programas que aumentaram em 1974 (CARNEIRO, 1990). O Banco Central também teve importante participação na intervenção, como medida para minimizar os efeitos em cadeia, da quebra do quarto maior banco comercial brasileiro da época, o Banco Halles, aumentando a taxa de desconto.

Outra política de curto prazo adotada no início do governo e que merece destaque foi a mudança da regra oficial de correção do salário. Pela nova lei: “o salário mínimo era reajustado anualmente, em função das variáveis dos índices do custo de vida” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 325). O objetivo era acabar com a ideia de arrocho salarial, alvo de muitas críticas e apontado como causa principal da deterioração da renda.

Internamente, o governo estava dividido entre aqueles que desejavam estabilizar a economia com políticas contracionistas e aqueles que faziam todo o tipo de oposição a essa tentativa. De novo temos o embate entre estabilização e crescimento. Paralelo a isso, o ministro Velloso preparava um programa como resposta ao choque do petróleo, com o objetivo de crescimento a taxa de 10% ao ano.

Toda essa instabilidade política foi prejudicial para a economia, que já estava debilitada, em especial para o setor financeiro, uma vez que as incertezas quanto ao futuro da economia só aumentavam. A derrota inesperada do governo nas eleições parlamentares em outubro de 1974 fez com que aumentassem ainda mais as incertezas. O fracasso nas eleições influenciou as políticas de curto de prazo em 1975. O governo então recua na sua tentativa de conter a demanda. O que se observa nesse ano é uma política de curto prazo marcada pela crise financeira, e a queda no crescimento das exportações.

Logo no início do ano de 1975, houve uma queda de 8,5% dos meios de pagamentos. Os motivos para essa queda foi a perda de reservas e a diminuição, por parte do povo, dos depósitos à vista em virtude da aceleração inflacionária ocorrida no ano anterior. Para tentar

reverter a situação e evitar uma contração monetária, criou-se, por intermédio do Ministério da Fazenda, um mecanismo chamado *refinanciamento compensatório*, que permitia ao Banco Central ceder empréstimos aos bancos comerciais a juros de 6% ao ano sem correção monetária a prazos de 90 a 150 dias, toda vez que os meios de pagamentos se encontrassem abaixo das previsões do orçamento monetário (CARNEIRO, 1990).

Ainda no ano de 1975, temos a aprovação do II PND, que, para Carneiro (1990), significou não só a vitória do pessimismo diante das elasticidades, mas também a subordinação dos objetivos de estabilização às metas de longo prazo. Como já mencionado anteriormente, o governo não queria entrar em uma recessão. Dessa forma, o plano foi aprovado como medida para resolver os problemas estruturais – muitos deles resultantes do choque – e não adiá-los.

O fim do ano de 1975 foi marcado pelo descontrole monetário, resultado da política de estabilização apresentada (CARNEIRO, 1990). Diante disso, o ano de 1976 inicia com um retorno às altas taxas de inflação. O principal instrumento utilizado como política anti-inflacionária pela equipe econômica foi a austeridade monetária. Ainda em 1976, é possível notar uma recuperação no crescimento do produto, fruto da expansão global por dois anos consecutivos (1974 e 1975). Todavia, esse aumento só aconteceu devido a um maior endividamento e ao descaso com o controle da inflação nos anos anteriores.

Nos dois últimos anos de governo Geisel, é possível perceber uma tentativa de reversão da política de demanda e a repressão aos preços públicos. Em 1977 foi fomentada uma política monetária mais restritiva, com objetivo principal de diminuir a aceleração inflacionária, mas pouco adiantou. O que se observou foi uma pequena queda da inflação.

As políticas de longo prazo desse governo foram marcadas pelo crescimento com endividamento, como já foi assinalado anteriormente. Geisel preferiu optar por essa alternativa. Durante os quatro anos de seu governo, a dívida externa teve um vertiginoso crescimento (CARNEIRO, 1990). A respeito disso, Velloso (1986, p. 228), que na época fora o Ministro do Planejamento, chega à seguinte conclusão:

[...] essencialmente, o Brasil endividou-se em grande escala, após a crise do petróleo, para manter em operação normal a estrutura industrial e urbana que havia construído. E que dependia, como já vimos, de grandes importações de petróleo e matérias-primas industriais. Claro, o petróleo apresentou impacto muito maior, porque foi onde o choque ocorreu.

As altas nos preços do petróleo acompanhadas de uma deterioração dos termos de troca levaram a um déficit na balança comercial. Do outro lado, o crescimento dos juros –

fruto do choque dos juros norte-americanos – ampliou o déficit em transações correntes. Todos esses fatores combinados resultaram em um efeito negativo sobre a balança de pagamentos (CARNEIRO, 1991).

Para Carneiro (1991), existiam três opções para conter os desequilíbrios na balança de pagamentos: reduzir a demanda doméstica; aumentar o endividamento externo; e incentivar a redução do consumo, para assim aumentar o desenvolvimento. É um tanto óbvio que a opção escolhida tenha sido a de aumentar o endividamento externo.

A elevação nas taxas de inflação contribuiu para os desequilíbrios econômicos enfrentados pelo governo Geisel. Vários foram os fatores que explicam, pelo menos em parte, a alta inflacionária. Dentre esses fatores, pode-se destacar os dois choques do petróleo (1973 e 1979), a quebra da safra agrícola em 1976 e também o crescimento das taxas de juros de curto prazo.

A opção do governo pelo crescimento acelerado fez com que houvesse um descuido com o controle da inflação, que acabava sempre ficando em segundo plano. O combate à alta inflacionária ficava restrito apenas ao controle monetário. O governo optou por não recorrer ao controle de preços, para não criar problemas com diferentes setores da economia (CARDOSO DE MELLO; BELLUZZO, 1998).

Diante do primeiro choque do petróleo em 1973, a principal preocupação era em manter o fornecimento do produto. Para isso foram realizados investimentos em extração e pesquisas para a substituição do petróleo, como o programa Pró-Álcool (que será mais bem discutido na seção seguinte) com o objetivo de diversificar a matriz energética e com isso manter o crescimento e desenvolvimento.

No que tange à política industrial, a estratégia usada pelo governo Geisel foi baseada na substituição de importações nos setores de bens de capital, insumos básicos para a indústria e no aumento da produção e da prospecção do petróleo (CARNEIRO, 1990). De certo modo os objetivos foram alcançados, ainda que em prazos maiores do que o previsto. Houve uma queda, tanto em valor quanto em participação, nas importações entre 1974 e 1979. Em outro trecho de seu livro, Velloso cita um estudo realizado pelo *staff* do Banco Mundial em 1981, que demonstra como ocorreu o crescimento no período aqui estudado:

[...] no período 1974/79, na indústria brasileira, 9% do crescimento ocorrido resultaram das exportações (que representavam 9% do produto industrial em 79), 10% da substituição de importações (para um mercado interno preexistente) e 81% da expansão do mercado interno. Desta forma, menos de 1/10 do crescimento ocorrido se orientou para a demanda externa (VELLOSO, 1986, p. 263).

É importante destacar a importância e as transformações ocorridas na agricultura no período aqui analisado. Há um aumento das atividades ligadas à exportação. Em contrapartida, os produtos que não tiveram uma relação, seja com a exportação ou com o processo industrial, tiveram um desempenho ruim. Os produtos de maior destaque foram milho, soja, celulose, cana-de-açúcar e laranja. Dessa maneira, o setor agrícola aumenta sua participação na pauta da exportação brasileira (CARNEIRO, 1991).

Tabela 4 – Indicadores econômicos do período 1974/1980

ANO	PIB (cresc. %)	Produto Industrial (cresc. %)	Produto Agrícola (cresc. %)	Produto Setor Serviços (cresc. %)	Deflator Implícito do PIB	FBFK (% do PIB)	Dívida Externa (US\$ 10 ⁶)	Variações de Reservas (US\$ 10 ⁶)
1974	9	7,8	1	9,7	34,8	22,8	17.165,70	946,1
1975	5,2	3,8	7,2	2,9	33,9	24,4	21.171,40	941,7
1976	9,8	12,1	2,4	8,9	47,6	22,5	25.985,40	-1.136,10
1977	4,6	2,3	12,1	2,6	46,2	21,4	32.037,20	-611,7
1978	4,8	6,1	-3	4,3	38,9	22,2	43.510,70	-4.275,40
1979	7,2	6,9	4,9	6,7	55,8	23	49.904,20	3.321,10
1980	9,1	9,1	9,6	8,7	91	22,5	53.847,50	3.506,70

Fonte: OLIVEIRA, João Paulo Reco de. **Atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no Padrão de Financiamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1974/1979**. 2014. 117 f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

Grosso modo, os objetivos das políticas adotadas foram alcançados, porém é importante dizer que na sua maioria todos os prazos foram extrapolados. Ao ser perguntado se tinha saído satisfeito com o fim do mandato, Geisel respondeu da seguinte maneira:

Saí satisfeito por ter chegado ao fim. [...] Fiz algumas coisas boas para o país. Dei alguns impulsos no progresso material, na melhoria do quadro social e político, e consegui vencer todas as resistências e acabar com o AI-5, que era uma das excrescências que tínhamos (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 422).

Quadro 2 – Quadro síntese das principais políticas adotadas no período 1974/1979

Principais pontos	Síntese
Política monetária	Apesar de um certo discurso contracionista, em 1974 houve elevação da base monetária, dos meios de pagamento e do crédito. Entretanto, devido à quebra do grupo Halles, o governo elevou o redesconto para proteger o sistema financeiro nacional. A partir de 1977 a política monetária foi mais restritiva no intuito de frear a pressão inflacionária. o patamar elevado dos juros também é característica do período.
Política fiscal	O principal objetivo da política fiscal no governo Geisel era controlar o gasto público. Na tentativa de cumprir essa meta foram estabelecidos cortes e tetos para os gastos da administração direta. Houve também no período uma piora quantitativa e qualitativa do balanço de pagamentos brasileiro, dado que a dívida externa cresceu 20 bilhões.
Comércio exterior	A taxa de câmbio apreciada durante o período gerou uma piora no saldo comercial brasileiro. O governo Geisel é marcado também pela tensão comercial entre Brasil e EUA, dessa forma buscou-se novos parceiros comercial.
Especificidades do período	Podemos citar como especificidades do período a recessão mundial e o fim do padrão de Bretton Woods; outro ponto é a forte subida do patamar inflacionário, passando de 34% ao ano em 1974 para 91% em 1980; o II PND também foi característica específica do governo Geisel, evidenciando a opção por manter o crescimento; por fim, podemos falar da gênese do processo de estatização da dívida externa brasileira.

Fonte: OLIVEIRA, João Paulo Reco de. **Atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no Padrão de Financiamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1974/1979**. 2014. 117 f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

4.2 UMA NOVA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO

Como visto, o Presidente Ernesto Geisel tomou posse em um cenário econômico adverso, associado a uma grave crise energética, que era até então considerada a base para o desenvolvimento brasileiro. A estratégia do governo para superar todos esses problemas foi de não frear o crescimento. Dessa maneira, após ser discutido no Congresso, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) entrou em vigor em dezembro de 1974 (D'ARAUJO; CASTRO, 1997).

Esta seção está dividida em duas subseções: a primeira consiste em explicar o que foi o II PND, mencionando suas metas e objetivos, nas diferentes áreas de atuação do Plano, e a segunda consiste em abordar especificamente a política de energia no II PND, e os esforços que foram traçados para contornar os problemas causados pelo choque do petróleo em 1973,

uma vez que resolver o problema energético do Brasil seria crucial para o processo de desenvolvimento que o governo propunha. Por fim, temos uma breve conclusão dos resultados obtidos do II PND.

4.2.1 O II PND

O II PND tinha como objetivo a expansão do setor de bens de capital e a ampliação da oferta interna de insumos básicos (BAER, 1986). De acordo com o II PND (1975), o governo estava ciente das dificuldades para manter o crescimento acelerado alcançado na era Médici. Era preciso se acostumar com a possibilidade de novas crises no âmbito mundial e assim encontrar caminhos para preservar a capacidade de desenvolvimento do País, com a exploração de novos caminhos e alternativas.

As metas do II PND (1975, p. 3-4) eram ambiciosas. Vejamos abaixo:

- a) a renda *per capita* nacional, em 1979, terá ultrapassado a barreira dos mil dólares;
- b) em 1977, estará o Brasil ultrapassando a barreira dos US\$ 100 bilhões em seu PIB;
- c) a criação de emprego [...] ultrapassará em 1 700 000 a 1 800 000 a oferta de mão de obra disponível no mercado de trabalho;
- d) a população economicamente ativa, em 1980, já estará beirando os 40 milhões de pessoas [...];
- e) o nível do comércio exterior, no final do II PND, estará acima dos US\$ 40 bilhões, ou seja, cerca de 15 vezes o que era em meados de 1963.

Diante disso, o governo lista uma série de tarefas a serem feitas dentro do plano para que sejam alcançadas tais metas, dentre as quais são destacadas as seguintes (1975, p. 4-7):

- a) ajustar a estrutura econômica do País à situação de escassez do petróleo;
- b) consolidar, até o fim da década, uma sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitivo;
- c) a política de energia passa a ser peça decisiva da estratégia nacional;
- d) a política científica e tecnológica contará com grande montante de recursos;
- e) nova estratégia de desenvolvimento social;
- f) integração com a economia mundial.

Para ilustrar as metas e estratégias citadas acima, temos um trecho de uma entrevista de Geisel:

O desenvolvimento que o II PND pretendia alcançar era um desenvolvimento integrado, não apenas econômico, mas também social. Além do aumento da produção nacional, nossa preocupação era, tanto possível, assegurar o pleno emprego, evitando o agravamento dos nossos graves problemas sociais e promovendo melhorias na sua solução (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 290).

Para que ocorra o desenvolvimento industrial pretendido, era primordial unir os interesses das indústrias privadas com a empresa estatal, esta última responsável pela nova estrutura industrial que se almejava no País. Para tal, seriam utilizados recursos do BNDES e de outras entidades governamentais.

Nesse sentido, a ênfase maior foi dada às indústrias básicas, principalmente ao setor de bens de capital, ao de eletrônica pesada e no campo dos insumos básicos, com o objetivo de substituir as importações, a fim de reduzir a dependência externa e abrir novas frentes de exportações (LESSA, 1988).

As novas frentes de exportações estavam relacionadas a produtos manufaturados, com maior complexidade tecnológica, como minicomputadores, navios, automóveis, ônibus, componentes da indústria automobilística, equipamentos agrícolas, dentre outros. Para isso, foram executados projetos mais sofisticados, de grande porte, pensados exclusivamente para exportação, que contaram com incentivos fiscais da Comissão para a Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação (Befiex) (II PND, 1975).

Todos os esforços voltados para o desenvolvimento tecnológico industrial e para o desenvolvimento da indústria de alimentos tinha como objetivo final acabar, ou ao menos diminuir, com os gastos excessivos que o governo tinha com tecnologia, visto que a maior parte da tecnologia era importada e os desequilíbrios nas contas externas era uma preocupação constante para o governo.

O setor agropecuário não foi deixado de lado, a estratégia tinha intenção de aumentar a participação desse setor na expansão do PIB, aliado a uma maior renda para o agricultor e melhor padrão de vida para o trabalhador. Tendo em vista a grande oferta de terras férteis, e até então ainda não ocupadas, o esforço do governo se concentrou em aumentar a expansão agropecuária, principalmente para as áreas do Centro-Oeste e da Amazônia, que ficaram disponíveis depois do gigantesco sistema viário construído em governos anteriores (II PND, 1975).

A política científica e tecnológica, como já assinalado anteriormente, significava uma importante estratégia dentro do II PND, uma vez que a maioria da tecnologia usada no País

era externa, e os investimentos em tecnologia significavam uma diminuição do lado das importações e, conseqüentemente, uma melhora no déficit da balança comercial.

O II PND previa investir em tecnologia com vistas a garantir para o Brasil amplas fontes internas de energia, como energia nuclear, e em pesquisa de fontes não convencionais de energia (II PND, 1975), a fim de não ficar totalmente dependente do petróleo importados dos países árabes.

O destaque especial ficou por conta do grande incentivo dado à tecnologia industrial, necessário para se alcançar o êxito do plano. Os setores que tiveram atenção especial a esse respeito foram: indústria eletrônica, em particular a de computadores; indústria de bens de capital; indústria química e petroquímica; indústria siderúrgica e metalúrgica; e indústria aeronáutica (II PND, 1975).

No que tange à Política de Integração Nacional, o governo tinha duas preocupações centrais: a melhora do equilíbrio econômico político entre as diferentes regiões e a colocação geopolítica da interação entre utilização econômica do grande espaço brasileiro, realização da vocação do Brasil de supridor de produtos agrícolas e política de população (II PND, 1975). Geisel avalia a construção da rodovia na vertente sul do Amazonas, de Cuiabá a Santarém, como um das mais importantes obras realizadas no II PND (D'ARAUJO; CASTRO, 1997).

Para tanto, não só se buscou reduzir a diferença econômica que havia entre o Norte/Nordeste e o resto do País, com investimentos em programas especiais e incentivos fiscais para que houvesse um desenvolvimento industrial naquela região, como também se teve a preocupação de aumentar as linhas de acesso aos cantos mais remotos do País. A meta do governo era de aumentar as rodovias (pavimentadas e não pavimentadas), as ferrovias e ampliar a frota de navegação no período de 1975 a 1979.

A estratégia de desenvolvimento social do II PND mostrou um governo mais preocupado com a distribuição de renda. Para tanto, cabe aqui analisar uma passagem do documento:

[...] o governo não aceita a colocação de esperar que o crescimento econômico, por si, resolva o problema da distribuição de renda, ou seja, a teoria de “esperar o bolo crescer”.

Há necessidade de, mantendo acelerado o crescimento, realizar políticas redistributivas “enquanto o bolo cresce” (II PND, 1975, p. 52).

Para essa estratégia, o plano tinha dois objetivos: aumentar substancialmente a renda real para todas as classes e reduzir a pobreza absoluta, ou seja, reduzir o número de famílias com nível de renda abaixo do mínimo admissível quanto à alimentação, saúde, educação e habitação.

Para se alcançar os objetivos expostos, foram traçadas as seguintes estratégias (II PND, 1975, p.54-56):

- a) conjugação da política de emprego com a política de salários, ou seja, aumentar o número de oportunidades de emprego e aumentar também o salário médio real;
- b) política de valorização de recursos humanos, com aumento dos investimentos em educação, treinamento profissional, saúde, saneamento, dentre outros, permitindo a qualificação da mão de obra;
- c) política de integração social, com aumento da participação do trabalhador na expansão da renda nacional;
- d) política de defesa do consumidor, a fim de assegurar preços mais baixos nos produtos de consumo básico.

Diante do novo cenário mundial, a política de integração internacional do II PND é de integração com a economia mundial, para abrir ao País novas opções de progresso (LESSA, 1998). Dessa forma, a estratégia externa desenvolvida foi principalmente a de comércio, investimentos, cooperação financeira, tecnologia e transportes.

A importância maior foi dada às exportações, o que garantiu o impulso, já existente, delas. Cabe ressaltar aqui as duas maiores frentes de exportação do Brasil: manufaturados e minérios/produtos agrícolas não tradicionais. A diretriz do II PND para continuar a expandir esse setor era, em primeiro lugar, manter o apoio ao sistema de incentivos fiscais, por meio do Befiex. Expandir a rede externa de comercialização, e por fim, criar novos programas voltados especificamente para a exportação, a exemplo do Befiex.

4.2.1.1 As diretrizes do II PND quanto à escassez do petróleo

O II PND considera a política de energia peça decisiva da estratégia nacional, uma vez que: “seria inviável crescer rapidamente sem acelerada expansão da oferta de energia” (II PND, 1975, p. 63). Para tanto, se fez necessário reduzir a dependência externa em relação ao petróleo, e substituí-lo, quando possível, pela eletricidade ou pelo carvão. Abaixo estão as principais metas energéticas do II PND:

Tabela 5 – Metas energéticas do II PND

	1974	Previsto para 1979	Aumento no período (%)
Energia elétrica			
Potência instalada (milhões de kW)	17,6	28,0	59
Consumo (bilhões de kW/h)	61	107	75
Petróleo			
Capacidade de refino (mil barris/dia)	1020	1650	62
Investimento em exploração e desenvolvimento da produção em (Cr\$ bilhões de 1975)	2,2	8,0	264
Investimento total (Cr\$ bilhões de 1975)	26	56	115

Fonte: Lessa (1988, p.22).

O objetivo do II PND no longo prazo era permitir que o Brasil pudesse dispor internamente de fontes básicas de energia. Entretanto, sabia-se que isso demoraria ao menos uma década, e iria depender de resultados na prospecção de petróleo, exploração do xisto, descobertas de novas jazidas de urânio, e da tecnologia empregada para descobrir uma nova forma de energia, capaz de substituir o petróleo (II PND, 1975).

Ao todo, foram seis estratégias adotadas para alcançar o êxito na política de energia. Primeiramente temos a redução da dependência em relação a fontes externas de energia, com programas de prospecção (tanto em plataforma quanto em áreas sedimentares e até no exterior) e de produção, o que elevou os investimentos nesse setor. A criação e pesquisa de novas fontes específicas de energia como o álcool (programa Pró-Álcool) para adição à gasolina e ampliação do uso do carvão para fins industriais (II PND, 1975).

A respeito do programa Pró-Álcool, Geisel tem a seguinte opinião:

Contudo, esse Programa do Álcool é vitorioso. [...] a produção do álcool carburante é uma produção que gera um grande número de empregos, absorve grande quantidade de mão-de-obra [...]. Tudo isso, sem contar a economia de divisas, que resulta na menor importação de óleo, e o avanço tecnológico no rendimento da cana-de-açúcar que está sendo obtido.

O governo obviamente teve que investir no programa e financiou a construção de boa parte das refinarias de álcool (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 310).

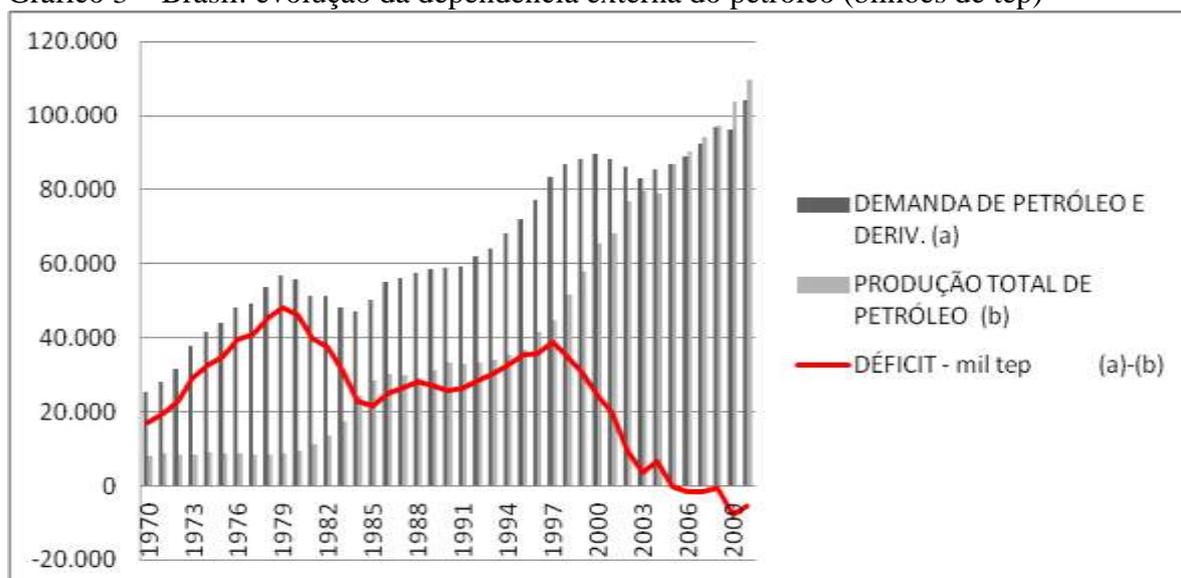
A segunda estratégia foi a de intensificar o uso da energia elétrica na produção de bens que exigiam alto consumo de energia elétrica, a fim de viabilizar a expansão da produção e da exportação de bens com elevado conteúdo energético que pudessem ser produzidos no País com base em hidroeletricidade (CARNEIRO, 1990). A terceira estratégia foi o aumento do investimento para expandir a capacidade de gerar energia elétrica. O programa incluía a

hidroelétrica de Itaipu, Itumbiara, Paulo Afonso IV, dentre outras, com a vantagem de usar água, que não custa nada e não produz poluição, e também compreendia usinas nucleares e termoelétricas.

Orientado no sentido de expansão e modernização do carvão, a quarta estratégia contemplava pesquisas para a utilização do carvão como matéria-prima. A quinta estratégia envolvia pesquisas de fontes não convencionais de energia. Para isso, contou com o financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDDCT). Por fim, a última estratégia diz respeito à produção de minerais energéticos nucleares.

O lançamento do Pró-Álcool associado às outras medidas incluídas no II PND fizeram com que o País gradativamente reduzisse a dependência ao combustível externo, chegando a ter um leve superávit no período mais atual, como pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Brasil: evolução da dependência externa do petróleo (bilhões de tep)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados coletados do Ministério de Minas e Energia.

4.2.1.2 Resultados

Diante do que foi visto até aqui a respeito do II PND, podemos perceber o quão amplo foi o plano, que abrangeu todos os setores deficientes da economia, ainda que com metas ambiciosas, o que levou alguns autores a descrever o plano como um projeto faraônico.

Para Lessa (1988), o II PND passou de um sonho para o fracasso. De acordo com o autor, o plano sobreviveu apenas nos dois primeiros anos, e enumera cinco razões que o levaram a chegar a essa conclusão: divergências entre as metas para o setor de insumos

básicos e suas implementações; incapacidade de a empresa estatal ser a líder do novo padrão de industrialização proposto; perda da confiança do setor de bens de capital; subordinação do II PND a políticas de ajustamento; e descontentamento quanto à política de desconcentração industrial.

Castro (1985) tinha uma visão diferente de Lessa. Para ele, os grandes projetos do II PND começaram a mostrar resultados somente em 1983 e 1984, devido a sua grande complexidade e longo prazo de maturação.

O então Ministro do Planejamento, e um dos responsáveis pelo plano, Velloso (1986), tem outra visão do II PND que pode ser mais bem compreendida a partir do trecho abaixo tirado do seu livro em que cita um fragmento de um ensaio publicado por Serra (1982 apud VELLOSO, 1986, p. 287-288), que analisa o plano da seguinte forma:

O desempenho da economia no período [1973-80] citado foi condicionado em grande parte pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, sem dúvida o mais importante e concentrado esforço do Estado desde o Plano de Metas, no sentido de promover modificações estruturais na economia. [...]
De qualquer forma, embora longe de produzir resultados semelhantes ao Plano de Metas, o II PND teve êxito na substituição de importações de produtos intermediários e um resultado positivo no impulso à indústria doméstica de bens de capital, sob a ação direta das empresas estatais ou então graças ao forte apoio do sistema BNDE e do CDI ao setor privado. (José Serra, 1982, Apud Velloso, 1986, p. 287-288).

De certa forma o plano teve sim algum êxito, embora tenha deixado para o governo seguinte uma dívida enorme e vários projetos inacabados, porém é válido assinalar que o governo nunca firmou um compromisso de executar nenhuma meta em determinado prazo. Com alguns erros e acertos, a opção escolhida funcionou. A estratégia adotada manteve em razoável funcionamento, após o choque, a estrutura industrial e urbana herdada dos anos 50 e expandida na fase do *milagre* (VELLOSO, 1986).

Geisel, em entrevista para o livro que leva o seu nome, fez um balanço da opção escolhida no seu governo: “Deve haver erros no meu governo, mas em linhas gerais, até hoje, estou convencido de que a solução que adotei foi a mais acertada” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 300).

5 CONCLUSÃO

O principal foco deste trabalho foi analisar como o Brasil, que estava vivendo o período do *milagre econômico*, comportou-se durante o primeiro choque do petróleo de 1973 e avaliar as medidas tomadas pelo governo Geisel para superar essa crise de escassez do petróleo e analisar o seu governo e as estratégias elaboradas no II Plano Nacional de Desenvolvimento, II PND.

O cenário econômico, não só brasileiro como também mundial, com que Geisel se deparou ao assumir o governo era conturbado e apresentava os seguintes pontos: deterioração do balanço de pagamentos, resultado, na maior parte, pelo choque; elevação do processo inflacionário; e alto período de crescimento no governo anterior. Com a opção adotada pelo governo de crescimento, em vez de entrar em uma recessão, fez-se então o II PND.

Para enfrentar a grave recessão que o mundo estava passando no que diz respeito ao petróleo, o II PND propôs medidas importantes para que a dependência externa brasileira desse produto diminuísse. O governo sabia que não seria uma meta a ser alcançada no curto prazo, mas tinha consciência da importância da política de energia para manter o crescimento acelerado que pretendia. Como pôde ser visto no Gráfico 3 deste trabalho, o governo conseguiu, de forma gradual, diminuir a dependência externa do petróleo.

Neste trabalho foram vistos diferentes pontos de vista sobre o êxito – ou não – do plano. Entretanto, não se deve negar que o II PND foi muito bem planejado e promoveu importantes mudanças para a industrialização brasileira e para o setor energético. Cabe aqui ressaltar a importância do papel do BNDES, entre outros, como agente financiador do plano.

REFERÊNCIAS

BAER, Mônica. **A internacionalização financeira no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. Tradução de Edite Sciulli. 2 ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1975.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Uma crítica aos herdeiros**: debate sobre a recessão 74/75. Opinião n. 149, 1975.

CARDOSO DE MELLO, J. M.; BELLUZZO, L. G. M. Reflexão sobre a crise atual. In: Belluzzo, L. G. M.; COUTINHO R. (Org.). **Desenvolvimento capitalista do Brasil**: ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1982. v. 1.

CARNEIRO, Dionísio Dias. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, Marcelo de Paiva et al (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990. Cap. 11. p. 295-322.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. **Crise, estagnação e hiperinflação**: a economia brasileira dos Anos 80. Tese (Doutorado). Instituto de Economia/Unicamp, Campinas, 1991.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso Corrêa Pinto. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 1997.

DIETERICH, Heinz. **Novo guia para a pesquisa científica**. Blumenau: Furb, 1999.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-“milagre”**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HABERT, N. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. 3. ed. São Paulo: Ática, 1996.

HEILBRONER, Robert. **A formação da sociedade econômica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Brasil Debates, 1982.

LACERDA, Antônio Côrrea de et al (Org.). **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A retomada do crescimento e as distorções do "milagre". In: ABREU, Marcelo de Paiva et al. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. Cap. 10. p. 233-294.

LESSA, C. **A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso**. Brasília: FUNCEP, 1988.

OLIVEIRA, João Paulo Reco de. **Atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no Padrão de Financiamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1974/1979**. 2014. 117 f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PAULO, Folha de S.. Congelado preço do petróleo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 3-3. 18 mar. 1974. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1974/03/18/2/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

SINGER, Paul. **A crise do milagre: interpretação crítica da economia brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TAVARES, Maria Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO Renata (Org.). **Desenvolvimento capitalista do Brasil: ensaios sobre a crise**. São Paulo: Brasiliense, 1982. v. 1.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **O ultimo trem para Paris; de Getúlio a Sarney: "milagres", choques e crises do Brasil moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.